

Europa, entre a Paz e a Guerra

Bruno Cardoso Reis*

A Europa, mais do que nunca nos últimos meses, tem sido tema de debate. Se o que se discute é como alargar a União Europeia garantindo simultaneamente uma reforma eficaz das suas instituições, o objectivo fundamental continua a ser como no pós-guerra: como construir uma paz sólida, como evitar novas guerras na Europa.

Que constituição para a Europa?

As discussões sobre diferentes modelos para o futuro da Europa têm animado o debate político nos últimos meses. Houve declarações de responsáveis políticos, com mais ou menos impacto a nível internacional – das de Joschka Fischer a defender uma “Federação Europeia” e Schröder a explicitar que se trata de aproximar a UE do modelo dos *Länder* (Estados Federais) alemães, até às de Blair “uma superpotência, mas não um super-Estado”, até às de Jospin “não aos Estados Unidos da Europa, sim à Europa Unida dos Estados” e Guterres, com a ideia de que uma Europa Federal “implica igualdade dos cidadãos e igualdade dos Estados”. Têm também surgido diversas publicações que aprofundam a questão, para além das declarações de circunstância, seja sob a forma de artigos ou de livros. Entre estes escolhemos destacar o texto «The European Orchestra», publicado em Maio, por Timothy Garton Ash, na *New York Review of Books*, e as obras de Étienne Balibar, *Nous citoyens d'Europe?* e Jean-Marc Ferry, *La Question de l'État Européen*.

Balibar, ligado por formação e profissão à Filosofia Política (é professor nessa área na Universidade de Paris X), insiste que antes de se discutir a arquitectura institucional da Europa do futuro, há que debater em termos aprofundados qual será a finalidade política deste edifício europeu. Jean-Marc Ferry é, tal como o autor anterior, um académico da filosofia política (na Universidade Livre de Bruxelas). Não espantará, por isso, que encontremos muitas semelhanças na sua abordagem com a de Balibar:

Timothy Garton Ash, professor em Oxford, é um profundo conhecedor do Leste europeu, cujas transformações

acompanhou *in loco*. A sua grande preocupação é em como fazer funcionar o alargamento da União Europeia a essas jovens democracias que ele viu nascer.

Quais os argumentos essenciais destes três textos?

Naturalmente que os livros de Balibar e Ferry são bem mais densos e longos, portanto, mais complicado de resumir. Escolhemos, por isso, com alguma arbitrariedade, alguns pontos fundamentais.

Quanto a Balibar, temos a guiar-nos as palavras-chave que constam do título – fronteiras, Estado e o povo. Para ele parece evidente que o processo de construção europeia está longe de assumir claramente uma postura de rejeição das fronteiras como mareas identitárias, ou seja, de exclusão. Neste aspecto, parece-lhe essencial a assunção voluntariosa de uma política de integração de novos países e dos fluxos migratórios. Da mesma forma, quanto à evolução do Estado, parece-lhe essencial definir claramente objectivos multilaterais e instituições que lhe possam dar corpo. Mas isto é secundário face ao fundamental, com o que se fecha o círculo, que é o povo europeu e os seus direitos de cidadania. A Europa tem de se justificar como elemento motor de aquisição de direitos transnacionais de cidadania. Nesse sentido, o título da obra é um manifesto, à maneira do apelo de Sieyès em 1789 ao Terceiro Estado, no sentido de que o «povo da Europa» assuma as suas responsabilidades e reivindique participar num processo de construção da constituição da Europa, que não pode caber apenas às elites.

Jean-Marc Ferry segue, como dissemos, a mesma linha. Adopta, no entanto, um tom, talvez um pouco mais académico, dando particular importância à aplicação à problemática europeia de conceitos como o de paz perpétua de Kant (que defende), de *jus gentium*, discutido por Rawls no seu recente *The Law of Peoples* (que lhe merece um olhar crítico), ou de espaço público, que vai buscar aos teóricos dos *media* franceses. O seu mote é o mesmo de Balibar: a necessidade de se

* IBBE

construir uma cidadania europeia, empenhando-se, igualmente, na análise das condições que a tornarão possível. Trata-se para ele de dar uma substância ética à Europa institucional. Que passa por defender uma constituição europeia, que corporize uma vontade soberana europeia e não simplesmente nacional por via da velha diplomacia dos tratados. Ainda que o autor reconheça que não se pode fazê-lo sem se encontrar um equilíbrio difícil entre as liberdades individuais de todos os cidadãos europeus, e as identidades dos diferentes povos europeus. Em todo o caso, um processo constituinte seria em si mesmo um passo importante no sentido de dar à Europa, a par da sua matéria – o mercado comum –, o seu espírito – um espaço público de debate estruturado à escala europeia. Ferry considera que se o primeiro ponto está muito avançado, com um forte grau de institucionalização jurídica, há passos indispensáveis a dar no sentido de fazer o mesmo no segundo, nomeadamente através das directivas europeias a respeito dos *media*. Que situa no quadro de uma análise bem realista da distinção entre poder formal (dos parlamentos) e influência real (de poderes informais, como os *media*). De que se conclui, aliás, que o deficit democrático é um problema bem mais complexo do que se possa pensar, e que se coloca tanto à escala nacional quanto europeia.

Do seu ponto de vista, a construção da Europa deveria passar pela aceitação da discussão pública, no quadro de um processo constituinte, do que até aqui tem ficado reservado aos espaços fechados da diplomacia, e por uma Carta Europeia que usasse incentivos monetários no sentido de responsabilizar os meios de comunicação pela necessária diversidade no seio dos seus produtos.

Quanto à identificação dos bloqueios e dos *deficit* poucos discordarão do autor. O que se pode perguntar é se o nível de aprofundamento intelectual da discussão que ele leva a cabo e o esforço de avançar respostas concretas resulta num acréscimo de soluções com possibilidades de serem realizadas.

Parece claro, por exemplo, que Garton Ash não concordaria com a utilidade de uma política voluntarista no campo dos *media* e da cultura para a promoção do debate em torno da Europa. Pois começa a sua análise afirmando que consi-

dera que são órgãos de comunicação não-europeus, ou pelo menos não-europeístas, os melhores veículos para se promover um debate europeu em torno do futuro da União Europeia (se bem que aparentemente sem grandes resultados, pelo menos a avaliar pelo nível de correspondência de resposta para a *New York Review*).

Quanto a Garton Ash, a sua preocupação fundamental é formulada sob a forma de uma pergunta aparentemente paradoxal: será que a Europa nunca será Europa por estar a tornar-se Europa? Ou seja, pode a actual União Europeia incluir mais países da zona tradicionalmente considerada como fazendo parte da Europa, sem que isso signifique o fim do ideal de um centro dotado de instituições fortes que projectem para o exterior, com clareza e decisão, a ideia de uma vontade política comum? Mas, mais do que respostas claras, o autor prefere diagnosticar problemas e avançar possíveis soluções, com a ideia de abrir o debate.

Percebe-se que tem grandes dúvidas em relação ao peso da burocracia comunitária, sobretudo a que resulta da co-existência de uma grande quantidade de línguas oficiais, que parece impossível de manter após o alargamento a Leste. Outro problema que considera fundamental é o enorme fosso entre as elites e o grosso da população europeia. Uma forma, afinal, de colocar em termos mais concretos do que os dos dois autores anteriores a questão da cidadania europeia. Depois, há as divergências ao nível das próprias elites, que resultam em Tratados de reforma da UE

que se assemelham a mantas de retalhos sem um rumo claro. O que é uma forma muito concreta de colocar a questão de uma constituição europeia que realmente assuma esse estatuto (e não a de um tratado arduamente negociado entre interesses em conflito) e que não exija, pelo menos na sua parte mais pública, “um doutoramento em estudos europeus para ser devidamente compreendida”. Uma questão que Timothy Garton Ash reconhece estará em aberto até 2004, dependendo então, em última análise e mais uma vez, do acordo possível entre os Estados-membros. Daí a sua conclusão, que parece resumir bem as ambiguidades que rodeiam o futuro da União Europeia: “unidade impossível, colapso improvável”. ■



Étienne Balibar, *Nous citoyens d'Europe? Les frontières, l'État, le peuple*, Paris, La Découverte, 2001

Neste artigo são também analisados os seguintes textos:

Jean-Marc Ferry, *La question de l'état européen*, Paris, Gallimard, 2000

Timothy Garton Ash, «The European Orchestra», *The New York Review of Books*, 17/5/2001